



SCHOPENHAUER: ANTI-ESPECULATIVISMO E PSICOLOGISMO(S)

Lauro de Matos Nunes Filho
Mestrando em Ontologia/ Bolsista REUNI
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
laurodematosnunesfilho@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo expor a crítica que Schopenhauer desenvolve contra o pensamento de Hegel na primeira metade do século XIX. A partir dessa perspectiva busca-se estabelecer esse criticismo como uma das múltiplas origens do movimento psicologista na Alemanha.

Palavras-chave: Schopenhauer. Psicologismo. Idealismo Absoluto.

Abstract: This article aims to expose the criticism that Schopenhauer develops against the thought of Hegel in the first half of the 19th Century. From this perspective seeks to establish this criticism as one of the multiple origins of the psychological movement in Germany.

Keywords: Schopenhauer. Psychologism. Absolute Idealism.

O que separa o filósofo inautêntico do autêntico é o fato, para este, de a perplexidade provir da visão do mundo mesmo, enquanto para o primeiro provém simplesmente de um livro, de um sistema já existente.

O Mundo..., Tomo I, Liv. I, § 7, p. 78 [38].

1. Introdução

Em geral toma-se a crítica de Schopenhauer à Hegel¹ como simplesmente acessória, isto é, os seus ataques ao idealismo absoluto² são sempre diretos e identificáveis, entretanto pouco fundamentados do ponto de vista estrutural-argumentativo, consistindo na sua maioria em argumentos *ad hominem*³. “Schopenhauer é forte para afirmar, fraco para provar.” (HIRSCHBERGER, 1963, p.35). Contudo, tais tipos de afirmação⁴ podem ser um tanto infundadas; ao verificarmos o texto do filósofo vemos o desenvolver de um plano crítico-argumentativo *indireto*, mas perspicaz, o qual está estreitamente ligado ao modo como Kant refuta o dogmatismo⁵ na *Crítica da Razão Pura*.

¹ Obviamente não se esquece aqui das veementes críticas dirigidas por Schopenhauer a Fichte e Schelling (Schopenhauer, 1950, §21, p. 104; §34, p. 142). Porém, o que nos interessa aqui é vislumbrar um psicologismo decorrente como pronta resposta ao idealismo alemão, e não propriamente os pormenores da crítica mesma, sendo, assim, o que pretendemos aqui é focar (ou reduzir) o idealismo ao seu ponto de vista mais radical, a saber, a partir de Hegel e a instituição do método especulativo. Assim, tal redução faz-se necessária pelo fato do rótulo ‘idealismo absoluto’ não delinear satisfatoriamente a gama de reflexões no seu entorno, cuja adequada explicitação exigiria que tomássemos outra direção neste artigo. Dessa forma, apenas se aponta que o idealismo absoluto resume-se a: “1. O começo como o ver invisível em todas as perspectivas [*Ansichten*] - Fichte. 2. O começo como intuição intelectual - Schelling. 3. O começo como o vazio - Hegel.” (ASMUTH, 1998, p. 56)

² Não queremos incorrer aqui no erro de tomar indistintamente idealismo como qualquer uma de suas variantes, portanto, entenda-se no decorrer do texto ‘crítica ao idealismo’ como ‘crítica ao idealismo absoluto’.

³ Cf. Schopenhauer, 2005, Prefácio à segunda edição (1844); Schopenhauer, 1950, Cap. IV, § 20, p. 61-65.

⁴ “Tal me parece ser, por exemplo, a influência de Schopenhauer na Alemanha mais jovem – com seu pouco inteligente furor contra Hegel, ele conseguiu desvincular toda a última geração de alemães do contexto da cultura alemã, a qual, tudo considerado, representou um cimo e um refinamento divinatório do *sentido histórico*: mas o próprio Schopenhauer era, justamente neste ponto, tão pobre, tão pouco receptivo e pouco alemão, que chegava à genialidade.” (NIETZSCHE, 2002, § 204, p. 94)

⁵ Pode parecer estranha a afirmação de que o idealismo absoluto tomado por Schopenhauer via Kant se valia da posição deste último contra o dogmatismo e não propriamente contra o idealismo, entretanto, segundo a argumentação proposta por Schopenhauer, o idealismo absoluto não passa de uma variação do dogmatismo, excetuando-se é claro, pela sua exigência

Assim, pretende-se abordar Schopenhauer na perspectiva fundacional do *psicologismo*. A definição básica do *psicologismo* diz que todo objeto de conhecimento está inicialmente submetido a leis psicológicas e irremediavelmente empíricas (fisiológicas). Tal posição tem sua origem mais remota e clara no *princípio de imanência* de Locke, segundo o qual o sujeito tem somente acesso direto às suas próprias ideias (representações), propriamente o psicologismo não é um movimento filosófico específico, mas sim uma tendência. Dessa forma, claramente o termo psicologismo aplicado à filosofia de Schopenhauer demonstra-se bastante anacrônico⁶. Assim, nossa leitura não é contextual, mas projetiva, pela qual pretende-se, por meio dela, estabelecer a reação de Schopenhauer ao método especulativo como uma das muitas variantes do psicologismo como reação⁷ *imediata* ao método especulativo.

De qualquer forma, faz-se necessário um melhor esclarecimento do pensamento de Schopenhauer, na medida em que este se apresenta ao mesmo tempo como herdeiro e crítico veemente do idealismo absoluto. Procura-se então deixar claro que o exame aqui proposto reflete o âmbito fenomênico da filosofia de Schopenhauer, e não as questões em torno da idealidade transcendental no sentido de uma metafísica imanente⁸. Faz-se esta distinção para deixar claro que a proposta não busca realizar um reducionismo psicologista do texto de Schopenhauer, mas sim identificar este psicologismo como um resíduo impróprio de sua abordagem fisiologicista. Então, a pergunta: “Schopenhauer é um psicologista?” deve ser respondida negativamente; mas se perguntarmos se da crítica ao idealismo absoluto decorre algum tipo de psicologismo, aí sim a resposta deverá ser positiva. Desta maneira, a questão real que fundamenta esta investigação é: *Como este psicologismo se desenvolve a partir da crítica ao idealismo absoluto, e quais são a sua estrutura e seus momentos?*

pela imanência absoluta, substituindo um absoluto transcendente por um absoluto imanente, diferindo-se, por exemplo, do solipsismo de Berkeley, cuja exigência por imanência não confere à razão validade absoluta e irrestrita. Contudo, se verá que Schopenhauer (no segundo momento de sua crítica ao idealismo) acabará por fazer a crítica pela via idealista, e não dogmática.

⁶ “*Psychologismus*, um termo cunhado pelo hegeliano Johann Eduard Erdmann em 1870 para caracterizar criticamente a posição de Eduard Benecke.” (KUSCH, 2007).

⁷ Para outras vias de reação à Hegel. LÖWITH, Karl. De Hegel a Nietzsche: *La quiebra revolucionaria del pensamiento en el siglo XIX*. Trad. Emilio Estiú. Katz editores: Madrid, 2008. (Principalmente, p. 100-101).

⁸ Por razões de espaço, a distinção proposta será apenas pressuposta.

2. *Principium Causalitatis*

Com o objetivo de obter uma adequada compreensão da posição schopenhaueriana, faz-se necessário explicitar os seus supostos, e, no caso da crítica ao método especulativo, o seu pressuposto principal é kantiano, a saber, a releitura do *principium causalitatis* (princípio de causalidade) realizada por Schopenhauer surge como o *punctum saliens* de sua crítica. “Cabe ressaltar que o pensamento de Immanuel Kant não pertenceu ao idealismo absoluto⁹, o que lhe tornou uma base atrativa para a posterior reabilitação geral da filosofia¹⁰.” (SCHNÄDELBACH, 1991, p.16)

Portanto, para compreender a crítica de Schopenhauer ao idealismo deve-se levar em conta como ele aborda a concepção kantiana de causalidade sobre uma dupla direção, formada por dois momentos: 1) O princípio de causalidade até Kant e como este último o modifica; 2) O princípio de causalidade depois de Kant, e como Schopenhauer o modifica. Estes dois momentos constituem o *locus* básico da crítica de Schopenhauer ao idealismo.

2.1. A distinção kantiana entre princípio de causalidade e princípio de razão suficiente

Para Schopenhauer o mérito de Kant com relação ao princípio de causalidade foi este último tê-lo explicitado segundo uma determinação material, ou, mais precisamente, o princípio de causalidade até Kant havia sido tomado em sentido formal, porém, um formal estrito à razão, estéril para a realidade empírica e não meramente como categoria do entendimento, cujo determinar-se (mesmo que *a priori*) deve estar sujeito à experiência.

Até Kant¹¹, segundo Schopenhauer, o princípio de causalidade fora confundido com o princípio de razão suficiente¹² (*principium rationis sufficientis*), o qual sempre

⁹ Cf. Kant, *CRP*, A 226/B 274-275.

¹⁰ Em certa medida o que caracteriza o pensamento filosófico no século XIX é uma constante reapropriação do pensamento de Kant. Cf. PORTA, Mario A. G.. *Estudos Neokantianos*. São Paulo: Ed. Loyola, 2011. (Cap. I).

¹¹ Para uma genealogia do princípio de causalidade segundo Schopenhauer. SCHOPENHAUER, A. PR, Cap. II.

exige uma razão de ser. A confusão se deu na medida em que se tomou a implicação material pela formal e vice-versa, sendo a inexistência de uma exata distinção o que ocasionou os equívocos da transgressão do argumento ontológico (*causa prima e causa sui*). Apenas após a distinção kantiana e a determinação do *a priori* da causalidade é que tal equívoco passou a ser evitado. Porém, como ilustra Schopenhauer, o idealismo absoluto opera segundo o mesmo erro da tradição anterior à Kant, sendo a partir deste ponto que Schopenhauer partirá na sua crítica ao idealismo como *dogmatismo*.

2.2.Sensibilidade como Entendimento

O segundo momento da crítica de Schopenhauer ao idealismo refere-se à crítica dirigida por ele à Kant, pela qual opera uma profunda modificação no sistema kantiano, que reduz todo o plano das categorias puras do entendimento ao princípio de causalidade, englobando este último e as formas puras da sensibilidade (espaço e tempo) num novo tipo de entendimento, a saber, um entendimento intuitivo¹³.

Para Schopenhauer, a causalidade é o princípio básico do entendimento, isto é, o entendimento estabelecido segundo o princípio de individuação (*principium individuationis*), pelo qual somos capazes de tomar o mundo como nossa representação, ou seja, “individua-lo” por meio da relação causal dos objetos no espaço e no tempo¹⁴, ambos como condição de toda pluralidade. Segundo Schopenhauer, este é propriamente o fundamento da estrutura do conhecimento fenomênico.

Assim, Schopenhauer parte da noção kantiana de causalidade. Segundo ele, para Kant os objetos nos são dados primeiramente pelos sentidos só para então serem

¹² Para a argumentação do texto o exposto acima é o necessário, porém, ressaltar que o princípio de razão suficiente (como indica o título da obra) está baseado sobre uma quadrupla raiz de princípios, os quais são: 1) Princípio de razão suficiente do devir (*principium rationis sufficientis fiendi*) – que trata do princípio de causalidade aplicado a classe dos objetos dados para o sujeito (Schopenhauer, 1950, § 20, p. 58); 2) Princípio de razão suficiente do conhecer (*principium rationis sufficientis cognoscendi*) – que trata da fundamentação do juízo como *medium* entre o conhecimento intuitivo no entendimento e o conhecimento abstrato na razão (Schopenhauer, 1950, § 29, p. 125); 3) Princípio de razão de ser (*principium rationis sufficientis essendi*) – que trata da relação entre espaço e tempo (Schopenhauer, 1950, § 36, p. 148); 4) Princípio de razão suficiente do agir (*principium rationis sufficientis agendi*) – que trata da fundação interna da causalidade como motivação (Schopenhauer, 1950, § 43, p. 162)

¹³ Com o fim de nos atermos ao propósito desta investigação, não tomaremos aqui os pormenores da crítica dirigida à Kant, porém, ao menos, pretende-se apontar as linhas gerais desta modificação.

¹⁴ Cf. Schopenhauer, 1950, § 26, p. 119, §§ 35-38; Schopenhauer, 2005, § 23.

pensados segundo as categorias, sendo, neste último caso, o princípio de causalidade o mais basilar, uma vez que sem ele não podem ser pensados os objetos da experiência. Deste modo, a causalidade como categoria do entendimento deve dar forma ao dado indeterminado da percepção¹⁵, sendo a causalidade a condição de possibilidade da experiência.

Porém, o conceito, que implica uma necessidade de unidade sintética, só pode ser um conceito puro do entendimento, que não se encontra na percepção e é aqui o conceito da relação causa e efeito, em que a causa determina o efeito no tempo, como sua consequência, e não como algo que simplesmente pudesse ter precedência na imaginação (ou, nem sequer fosse de modo algum percebido). Assim, pois, porque submetemos à lei de causalidade a sucessão dos fenômenos e, por conseguinte toda a mudança, é que é possível a própria experiência, ou seja, o conhecimento empírico dos fenômenos; por consequência, não são eles próprios possíveis, como objetos da experiência, a não ser segundo esta lei. (KANT, *CRP*, B 234.)

Porém, como pressuposto da redução efetuada no plano das categorias e, também devido a sua concepção intuitiva do entendimento, Schopenhauer acaba invertendo o sentido do *a priori* da causalidade. A inversão realizada se deterá sobre a noção de percepção como possível apenas mediante o princípio de causalidade: “A percepção é para Kant algo imediato que não necessita da ajuda do nexos de causalidade e, portanto, de entendimento; a identifica com a sensação.” (SCHOPENHAUER, 1950, § 21, p. 101).

Para Schopenhauer, mesmo os objetos dados indeterminadamente pelos sentidos devem ser antecidos pelo princípio de causalidade. Contudo, este princípio terá a mesma caracterização de espaço e tempo, ambos como formas puras da intuição; resumindo, só podem ser dados objetos se intuitivamente (e não intelectualmente) faço uso do princípio de causalidade, o qual deixa de ser conceito para se tornar forma da intuição, tendo assim, então, Kant teria intelectualizado o princípio de causalidade¹⁶. Não se deve entender isto como se Schopenhauer tentasse derivar a causalidade do dado empírico, pelo contrário, o apelo ao intuitivo só releva o caráter de aprioridade deste princípio, o qual tem o seu sentido explicitado por meio da reflexão que lhe procede. Assim, o princípio de causalidade desfruta do mesmo estatuto que espaço e tempo desfrutam na sensibilidade, agora concebida como entendimento. O exemplo básico

¹⁵ Cf. Schopenhauer, 1950, § 21, p. 101-102.

¹⁶ Cf. Schopenhauer, 1950, § 23, p. 111-112.

proposto pelo filósofo é de que os animais fazem uso do princípio de causalidade, ocorrendo isto mesmo sem reflexão (pressuposto de intelectualidade). Caso a causalidade fosse pressuposto de reflexão, a vida animal, ou melhor, o princípio de autopreservação seria inviável¹⁷.

O recurso à intuitividade do entendimento é o trunfo que Schopenhauer utiliza para desmascarar o caráter encobridor da reflexão, a qual aborda as categorias como algo de originário e fundamental para o conhecimento. Porém, ao contrário, estas categorias têm uma origem artificial e apenas instrumental para o conhecimento, relegando, assim, à razão um papel eminentemente secundário no processo do conhecimento. Deste modo, Schopenhauer revela a pretensão da filosofia, a qual tenta em vão expor por meio das categorias, verdades que a razão inventa para si.

3. Crítica do método especulativo

No que se viu até agora, pode-se afirmar que a crítica de Schopenhauer ao idealismo opera em duas vias, uma kantiana e a outra realizada por ele mesmo. Ambas são trabalhadas em conjunto e, portanto, devem ser entendidas na sua unidade.

A redução dos conceitos puros do entendimento ao de causalidade é efetuada por Schopenhauer com o intuito de ressaltar a vacuidade destes conceitos e, assim, negar-lhes toda aprioridade. Esta posição ainda deverá ser abordada mais profundamente quando tratarmos do sentido fisiológico desta interpretação. Por enquanto, busca-se explicitar a noção de conceito a partir do § 9 do Tomo I d'*O mundo como vontade e como representação*, onde Schopenhauer desenvolve uma crítica clara e fundamentada contra o idealismo.

Segundo Schopenhauer, a lógica tem apenas o caráter de técnica do bom discurso, a qual não teria nenhum valor prático, uma vez que os seus conceitos são apenas abstrações de abstrações. Neste sentido, fala-se de duas classes de conceitos. A primeira é a dos conceitos simples derivados de representações intuitivas diretamente vinculadas às coisas como se apresentam aos nossos sentidos, sendo estas denominadas *concreta* (isto em sentido equívoco uma vez que já são puras abstrações). A segunda é a

¹⁷ Cf. Schopenhauer, 1950, § 21, p. 96-97.

dos conceitos da lógica os quais são *abstracta*, consistindo estes em simples abstrações (generalizadas) dos *concreta*, assim, estando ainda mais distanciados do mundo¹⁸:

O único uso prático que se pode fazer da lógica é demonstrar ao adversário de uma disputa não apenas suas conclusões efetivamente falsas, mas também as falsamente intentadas, chamando-as pelo seu nome técnico. Esse distanciamento da lógica em relação ao uso prático e a acentuação de sua conexão com toda a filosofia, como capítulo desta, não deveria restringir o seu conhecimento mais do que é agora. Pois hoje em dia quem não quiser permanecer tosco dos principais assuntos, e ser computado na massa obtusa imersa na parvoíce, tem de estudar filosofia especulativa. (SCHOPENHAUER, 2005, p. 94 [55])

Entretanto, cabe aqui uma observação; a verdade lógica¹⁹ dada no juízo exige sua justificação pelo princípio de razão suficiente do conhecer (característico apenas do ser humano), que, por sua vez, exige a razão de ser de uma afirmação (juízo), a qual mantém uma relação externa direta com uma representação intuitiva. Assim, o uso lógico é justificado na medida em que baseia suas afirmações na realidade empírica. No caso do método especulativo, este pretende suprimir a fundamentação intuitiva para daí derivar um imanentismo radical, operado a partir da razão em direção do seu próprio movimento reflexivo, elevando o seu estatuto de abstração ao absoluto da razão. “Toda verdade é a relação de um juízo com algo que está fora dele, sendo a verdade intrínseca um contrassenso.” (SCHOPENHAUER, 1950, § 29, p. 126.)

Desta forma, cabe ressaltar que Schopenhauer refere-se em sentido depreciativo apenas à lógica em seu uso fechado, uma vez que as demais ciências fundadas no *dictum de omni et nullo*²⁰ têm um papel prático importante no cotidiano, até mesmo por seus objetos derivarem ou mesmo por elas estarem fundadas em representações intuitivas. Como exemplo deste último caso, pode-se inserir a matemática, a qual tem sua origem “à kantiana” no espaço e tempo como formas puras²¹. Assim, a lógica na sua pureza é reduzida a uma dimensão estritamente alegórica para o pensamento.

¹⁸ Mais propriamente pode-se falar de representações abstratas (por reflexão) e representações intuitivas (dadas diretamente pela percepção), estas últimas compreendem o que Schopenhauer denominou “objetos reais”, os quais formam o complexo da realidade empírica. Cf. Schopenhauer, 1950, § 19, p. 58.

¹⁹ Cf. Schopenhauer, 1950, § 30, p. 126-127.

²⁰ Cf. Schopenhauer, 1950, § 27, p. 121.

²¹ Cf. Schopenhauer, 2005, § 15, p.129-130 [90-91].

Então, para Schopenhauer, o que o método especulativo propicia é uma descaracterização da diferença entre implicação material e formal nos moldes de Kant (retorno dogmático²²), do qual deriva um movimento de negação do dado intuitivo como referenciado acima, sendo ambos estes fatores que levaram Hegel a identificar (ou suprimir) fenômeno e coisa-em-si no absoluto da razão (idealismo radical²³) na transgressão possibilitada pelo argumento ontológico, tendo isto como finalidade estrita a identificação radical entre sujeito e objeto na razão. Porém, ao contrário da tradição anterior a Kant, os idealistas fazem isso propositadamente, desconsiderando a crítica kantiana.

4. O *principium causalitatis* e sua origem empírica

A releitura do princípio de causalidade explicitada acima revela a nuance psicológica do texto schopenhaueriano, a mudança do princípio de causalidade ocorre

Dois fatores são predominantes no desenvolvimento deste psicologismo. O primeiro refere-se à reação (via irracionalismo) ao idealismo como modo de pensar desvinculado das implicações materiais da vida²⁴. O segundo é em parte consequente do primeiro e o complementa, a saber, a ligação estabelecida entre o impulso dado pelas pesquisas desenvolvidas sobre o fisiologismo durante todo o século XIX e o empirismo inglês, mais especificamente o de Locke. Vislumbrar a unidade desta dupla fundamentação é pressuposto básico para compreender o desenvolvimento do pensamento do autor e do seu consequente psicologismo.

²² Cf. Schopenhauer, 2005, Apêndice, p. 527 [495-496].

²³ Obviamente Schopenhauer é um idealista, tanto por estar em débito com o idealismo transcendental kantiano, quanto por estar envolto, mesmo que negativamente, pelas filosofias de Hegel e Fichte. Porém, o que o distancia de ambas as tradições é o recurso ao irracionalismo de Schelling, o qual lhe dá a possibilidade de substituir o absoluto da razão de Hegel e o ego fichtiano pela vontade em sentido indutivo metafísico. Ver mais à frente item 4.1. *Irracionalismo e Idealismo*. Ver também COPLESTON, S. J. F.. *A History of Philosophy*. Vol. VII: *Modern Philosophy: From the Post-Kantian Idealist to Marx, Kierkegaard, and Nietzsche*. New York: Doubleday, 1994. (Cap. XVI, § 7, p. 286-288)

²⁴ Muito se fala a respeito das implicações desta posição, pois é a partir dela que decorrerá o otimismo característico do idealismo, sendo tanto o otimismo idealista, quanto o otimismo leibniziano (Schopenhauer, 1950, § 34, p. 137-139) alvos constantes de Schopenhauer. Infelizmente não será possível abordar este problema aqui. Entretanto, cabe ressaltar que é a partir da referida crítica que Schopenhauer opta pelo desdobrar-se fático da existência como pessimismo, algo que será de seminal importância para Nietzsche, excetuando-se, obviamente, pela inversão de seu sentido com relação à negação da vontade a partir da noção de transvaloração.

4.1. Irracionalismo e Idealismo

O idealismo visto a partir da perspectiva do idealismo absoluto deve ser centrado pela tripla figuração de Fichte, Schelling e Hegel. Schopenhauer delinea a sua crítica assentando-a contra esta tríplice base, e mesmo pelo seu total desprezo por ela, não estará isento de recepção.

No caso de Hegel, o traço marcante de sua filosofia é a sua constante exigência por sistematicidade e totalidade²⁵, os quais são fundamentais ao filosofar puro como posicionamento filosófico genuíno. Esta exigência por uma pureza de pensamento revela a profunda abstração requerida por sua filosofia, a qual deve ser desvinculada do “filosofar ingênuo” referente aos dados empíricos e consequentemente do modo cientificista dos modernos visto por Hegel como limitado²⁶. Para ele, a *Filosofia da Natureza* deixava de ser propriamente filosofia, concedendo este nome apenas ao modo de pensar²⁷ puro, isto é, o especulativo.

O princípio da *experiência* contém a determinação infinitamente importante de que, para admitir e ter por verdadeiro um conteúdo, o homem mesmo deve estar ali; mais precisamente, [a determinação] de encontrar tal conteúdo em unidade com a certeza de si mesmo e associado a ela. O homem deve estar ali, ele mesmo, seja apenas com seus sentidos exteriores, ou então com seu espírito mais profundo, sua essencial consciência-de-si: “Este princípio é o mesmo que chamamos fé, saber imediato, a revelação no exterior e, sobretudo, no interior próprio [do homem]. Essas ciências, que foram denominadas *filosofia*, nós as chamamos ciências *empíricas*, pelo ponto de partida que adotam”. (HEGEL, 1995, p. 46-47 [§7])

²⁵ “Um filosofar *sem sistema* não pode ser algo científico; além de que tal filosofar exprime para si, antes, uma mentalidade subjetiva: é contingente segundo seu conteúdo. Um conteúdo só tem justificação como momento do todo; mas, fora dele, tem uma hipótese não fundada e uma certeza subjetiva. Muitos escritos filosóficos se limitam a exprimir desse modo somente *maneiras de ver e opiniões*. Por sistema entende-se erroneamente uma filosofia que tem um *princípio* limitado, distinto dos outros; ao contrário, é princípio da verdadeira filosofia conter em si todos os outros princípios particulares” (HEGEL, 1995, p. 55 [§14])

²⁶ Cf. Hegel, p. 56-57 [§16].

²⁷ Pensar não tem aqui o sentido de uma atividade subjetiva empiricamente afetada: “Entre todos os conteúdos que podem ser sabidos, o absoluto assume uma posição particular. Ele é o fundamento de todo o saber, mas não acede, ele próprio, ao saber, porque o saber assenta sempre sobre a disjunção entre o que sabe e o que é sabido. Não se chega, assim, ao ‘conteúdo’ do absoluto por um processo de conhecimento habitual. Muito pelo contrário, para tal é necessário o *puro pensar*, um processo mental que não opera do mesmo modo que a representação – sempre referida à sensibilidade.” (ASMUTH, 1998, p. 58-59)

Com isto, Hegel buscava a crítica adequada ao empirismo, ao materialismo²⁸ e também à filosofia crítica de Kant, a qual para ele não passava de mero idealismo subjetivo²⁹. Para ele, todas estas formas de filosofia eram ingênuas, pois tratavam da multiplicidade material e formal (categorias) da realidade, consistindo apenas num estágio intermediário do pensar puro. No sistema especulativo, esquemas filosóficos que abordem a realidade na perspectiva da relação entre sujeito e objeto são incompletos, pois negam a possibilidade do conhecimento da realidade em si na medida em que estabelecem uma relação de determinação que parte da estrutura da sensibilidade. Dissolver o caráter fenomênico da dualidade sujeito-objeto é o primeiro passo do pensar puro. O idealismo tem como pressuposto de movimento, explicitação e justificação, o puro pensar independente da realidade fenomênica e, portanto, de todo o fluxo. Em Hegel, por meio do processo de elevação (*Ehrberung*), o absoluto da razão atinge o seu grau mais alto de radicalidade, inclusive suprimindo o recurso do *ego fichtiano* como posição inicial e ainda ingênua e dirigindo a Schelling uma crítica mais aferida contra a perspectiva do papel negativo da filosofia e da noção de *intuição intelectual*.

O absoluto é o verdadeiro começo da filosofia. A concepção de Hegel caracteriza o começo como o imediato, indeterminado e simples. Esta é a essência do começo: o começo nada pressupõe. Por isso, nada que seja mediado pode estar no começo. [...] E, pela mesma razão, o começo não é nada de determinado, posto que tudo o que tem uma determinação é uma relação entre diferenciáveis e, por isso, não é puramente imediato. O começo, por conseguinte, só pode ser simples. (ASMUTH, 1998, p. 69)

O apelo de Hegel ao *nada* acaba por esvaziar o conceito de vida, relegando a intuitividade ao plano da relação entre sujeito e objeto, cuja oposição não passa de simples ingenuidade, servindo apenas como empecilho para a *Ehrberung*.

Ao contrário da referida posição, Schopenhauer concede ao conceito de vida um papel central no seu pensamento; porém, a necessidade de fundamentar seguramente este conceito o levará a recorrer à metafísica e, por meio dela, irá buscar no caráter negativo da coisa-em-si como incondicionado, o conceito de *vontade (Wille)*. A vontade que aqui surge como coisa-em-si ainda permanece incondicionada, mas torna-se

²⁸ Cf. Hegel, 1995, p. 102-107 [§§37-39].

²⁹ Cf. Hegel, 1995, p. 113 [§42].

acessível por meio da suspensão do movimento da reflexão.³⁰ A tomada da vontade como coisa-em-si revela o elo de ligação mantido com o idealismo transcendental kantiano; porém, o aporte do fático da existência revela a ineficiência da razão frente ao único e verdadeiro sentido do mundo, consistindo este num conseqüente irracionalismo, influenciado pelo romantismo alemão e, principalmente por Schelling. Este último, por meio de seu conceito de intuição intelectual, evidencia o papel da filosofia na explicitação do *não*-absoluto; porém, ao contrário, a filosofia, pelo seu apelo ao conceito, não pode apreender o absoluto. Assim, Schelling, para escapar da mediação do conceito, o que implicaria em dualidade e reflexão, recorre à intuição intelectual, pela qual, imediatamente e sem apelo à exterioridade, tem-se a apreensão do absoluto.

Com este conhecimento do absoluto por intuição intelectual Schelling transcende o querer-compreender do conceito, votado ao fracasso, o qual se deve à oposição do conceito ao ser, e cuja positividade consiste, em última instância, em apreender o absoluto apenas na negação do não-absoluto. A intuição intelectual conhece, pelo contrário, o absoluto imediatamente, i.e., conhece-se a si mesma – na sua essência – como idêntica ao absoluto. O começo sistemático da filosofia é, segundo Schelling, a intuição intelectual. Ela é a pura absolutidade, conhecida e que se conhece a si. Nela, não há nenhuma diversidade e nenhuma diferença – sem outra determinação. (ASMUTH, 1997, p. 65.)

Assim, Schelling encontra no querer cósmico do finito a busca pelo infinito; porém, a reflexividade será encobridora; então, passa-se do foco da razão ao *locus* do vivido do homem em oposição ao infinito de Deus (Absoluto). Entretanto, muitas implicações (religiosas) advirão desta oposição. Desta maneira, Schelling termina por recorrer ao entendimento para justificar o intento racional da conduta má do homem. “O filósofo, apesar de ter vislumbrado o querer como o centro originário e irracional do mundo, desiste de seguir adiante nesse caminho, retornando ao regaço e à proteção da razão.” (BARBOZA, 2009, p. 61). A posição de Schelling será estabelecida frente ao sentido ético da vida, algo que é para Schopenhauer simples produto da reflexão, uma convenção: “Não no querer, mas no querer com conhecimento é que reside a culpa.” (SCHOPENHAUER, 2005, § 28, p. 222 [186]) Desta forma, ele irá tratar o papel da reflexão como inessencial para o querer, sendo este o *factum* da existência. Desta

³⁰ Não trataremos disso aqui, mas basta ressaltar que para Schopenhauer é possível por meio da contemplação artística propiciar este momento de suspensão desinteressada do mundo. Cf. Schopenhauer, 2005, §§ 30-52.

maneira, evidenciam-se certos resquícios da influência exercida por Schelling sobre seu pensamento, relevando, obviamente, a profunda crítica ao papel que a razão desempenha na filosofia de Schelling.

Com isso o querer *permanece o irracional puro, completamente separado das representações conceituais ou intuitivas*, pois estas são temporais, e a vontade é exterior ao tempo. Schopenhauer, assim, firma a sua posição em oposição a Schelling. O conhecimento, seja do entendimento, seja da razão, simplesmente serve ao querer, é instrumental (*mekané*) no auxílio necessário à sobrevivência de suas objetivações mais complexas, os homens e os animais. (BARBOZA, 2009, p. 193.)

Dentro desta perspectiva a abordagem do querer por Schopenhauer, apesar de distante da posição idealista, ainda permanece ligada a esta tradição. Ao fim, a consideração crítica fundamental contra o idealismo pode tornar-se dúbia dentro do campo da recepção e crítica. Por exemplo, por meio da afirmação inicial de sua obra capital, onde diz “o mundo é minha representação”, Schopenhauer incorre numa forma de idealismo transcendental³¹. Entretanto, o que parece ocorrer é o contrário, pois, o autor precisa recorrer a uma posição idealista para apontar o mundo como epifenômeno da vontade, consistindo nisto a sua crítica ao idealismo transcendental kantiano, o qual supunha uma realidade externa para além destes fenômenos. Porém, se algo existe, este algo é a vontade, a qual tematizamos pelo sentido analógico de objetivação no mundo. Outro argumento possível seria este: A negação da vontade poderia ser assemelhada à supressão da dualidade na razão operada pelo idealismo absoluto, pois ela revela a mesma exigência frente ao mundo, considerando o bem não como superação do mal, mas ambos como expressão do querer agora tematizados pela reflexão, sendo a negação uma forma de elevação frente a este dualismo:

As relações de Schopenhauer com os românticos e as polêmicas contra Fichte e Schelling influenciaram intensamente sua obra. Nem sequer sua teoria do conhecimento foi especialmente original, pois, ao fim, defendia um tipo de idealismo subjetivo formulado em termos psicológicos e fisiológicos, segundo os quais o mundo é “minha representação”. O realmente novo neste autor é o contraste com a tese fundamental do idealismo: a identidade entre pensamento e ser, verdade e bem no absoluto. Para Schopenhauer o absoluto, a coisa-em-si, é a vontade de viver, isto é, algo cego, irracional, demoníaco inclusive, de maneira que o bem só reside na negação dessa vontade de viver. A racionalidade, o sentido, a verdade e o bem não

³¹ Cf. Schopenhauer, 2005, § 19, p. 56-57.

pertencem, portanto, à essência do mundo, são só aos epifenômenos. Enquanto, na razão, todos seus elementos: o intelecto, o pensamento ou o entendimento provêm da vontade, da que são apenas instrumentos que preservam e realizam a vida. (SCHNÄDELBACH, 1991, p. 178)

Parece ser difícil eximir Schopenhauer da alcunha de idealista; mas, se ele pretende abordar o “irracionalizável” no mundo, como seria ele um idealista? Propriamente não existe um mundo como constructo do sujeito, todas as objetivações no mundo são apenas espasmos da vontade, os quais o homem, por meio da reflexão, consegue no máximo catalogar como objetos disponíveis às suas necessidades. Neste sentido, tal idealismo é apenas acidental para o ser humano, um idealismo decorrente daquilo que é apenas alegórico para o homem, a saber, a reflexão. A reflexão é o acidente no homem, não o seu substancial, tem sua origem apenas em uma determinação fisiológica no homem como representante do mais alto grau de objetivação da vontade.

4.2. Fisiologia do entendimento

São conhecidas as influências do empirismo inglês sobre o pensamento de Schopenhauer. Entre elas, talvez a mais importante encontra-se o *Ensaio sobre o entendimento humano* de Locke, ou, como Kant a nomeou – “fisiologia do entendimento humano”³². No caso de Schopenhauer o título não seria despropositado, pois para ele é exatamente este o sentido da obra que tanto lhe impressionou³³. Assim, fica clara a necessidade de esclarecer a influência de Locke sobre o desenvolvimento do fisiologismo e do conseqüente psicologismo em Schopenhauer.

A intuição possui seu fundamento na estrutura orgânica do animal, submetido assim sempre à mediação da percepção, nunca condicionando as coisas-em-si mesmas. Neste sentido, por exemplo, o princípio de causalidade nunca atinge a matéria, subsistindo, apenas, como seu correlativo³⁴, ou melhor, tendo o princípio de causalidade a sua origem na estrutura interna do organismo por meio de espaço de tempo, ele mesmo só pode ter uma implicação fenomênica.

³² Cf. Kant, *CRP*, A IX, p. [4].

³³ Cf. Schopenhauer, 1950, § 34, p. 136-137.

³⁴ Cf. Schopenhauer, 1950, § 21, p. 103.

Se revisarmos a minha teoria da percepção empírica, encontraremos que o primeiro dado da mesma, isto é, a sensação, é um processo completamente subjetivo orgânico, limitado dentro do corpo humano. Que estas impressões dos sentidos orgânicos, ainda admitindo que procedam de causas exteriores, não têm nenhuma semelhança com a natureza destas (o açúcar não tem nada a ver com o doce, nem a rosa com o vermelho), já o demonstrou minuciosamente Locke. Porém, que tais sensações obedecem a uma causa exterior é consequência de uma lei de nosso cérebro; por consequência, não menos subjetiva que a mesma sensação; pois o tempo, primeira condição para que seja possível toda mudança, é também a condição para que possa aparecer o conceito de causalidade, assim como também o espaço, que é o que torna possível a existência exterior de uma causa, é como, Kant demonstrou, forma subjetiva do intelecto. (SCHOPENHAUER, 1950, § 21, p. 102-103)

A derivação fisiológica dos conceitos descrita por Locke foi agregada por Schopenhauer, sendo considerada por este como a antecipação juvenil da teoria do conhecimento kantiana, excetuando-se, é claro, pela ampliação propiciada pelo *a priori* de Kant³⁵. Com isto, a teoria lockeana da sensibilidade irá implicar num consequente nominalismo, ressaltando ainda mais o aspecto instrumental da razão. Para Schopenhauer também, a abstração de conceitos pela razão, pela reflexão é o que constituirá a base do seu nominalismo, tendo sua origem na percepção e o seu concretar-se na generalização dos conceitos³⁶ na reflexão.

[...] tudo isto ocorre pela contemplação do mundo sensível, cujos objetos todos passam a conceitos abstratos, pela função da razão, e se expressam somente por meio da linguagem. Pelo estudo da linguagem se adquire o conhecimento do mecanismo da razão, isto é, a essência da lógica. (SCHOPENHAUER, 1950, § 27, p. 119-120)

Além deste ponto, Schopenhauer encontrou em Locke muito do que ele mesmo entende por gradação dos níveis³⁷ de objetivação da vontade. As implicações teóricas da teoria lockeana são muitas, e incidem principalmente sobre as concepções fisiológicas da filosofia de Schopenhauer, abrangendo desde um evolucionismo a instrumentalização da razão³⁸.

³⁵ Cf. Schopenhauer, 2005, Apêndice, p. 526-527 [494-495].

³⁶ Para ver a diferença entre conceito e Ideia. Cf. Schopenhauer, 2005, § 49.

³⁷ Schopenhauer considera que, para diferentes níveis de objetivação da vontade, existam correlativamente diferentes níveis de causalidade: 1) Causalidade como variações no reino inorgânico; 2) Causalidade como excitação no reino orgânico vegetal; 3) Causalidade como motivação das ações conscientes dos animais, inclusive o ser humano. Portanto, a causalidade rege todas as instâncias da existência; assim, a liberdade mesma não existe e está sempre submetida às determinações naturais empíricas, sendo a liberdade da vontade uma contradição aceita, apenas, pelo puro pensar. Cf. Schopenhauer, 1950, § 21, p. 69-71.

³⁸ Cf. Schopenhauer, 1950, § 21, p. 97-99.

Sendo, pois, a percepção o *primeiro* passo e degrau para o conhecimento e a porta de entrada de todos os seus materiais, quanto menos forem os sentidos que qualquer homem, bem como qualquer criatura, possua; quanto menos e mais apagadas forem as impressões que esses sentidos causam, e quanto mais enfraquecidas estiverem as faculdades que deles se ocupam, mais afastado se encontrará daquele conhecimento que se encontra nalguns homens. Mas como isto acontece numa grande variedade de graus (como pode verificar-se entre os homens), não se pode descobrir com certeza nas diferentes espécies de animais, e muito menos ainda nos indivíduos particulares. Basta-me somente ter referido aqui que a percepção é a primeira operação das nossas faculdades intelectuais e a porta da entrada de todo o conhecimento na nossa mente. E, além disso, sou levado a imaginar que a percepção, no seu grau mais inferior, é a que estabelece a fronteira entre os animais e as ordens inferiores das criaturas. (LOCKE, 1999, p. 178)

Entretanto, deve-se estar atento ao fato de Schopenhauer manter-se em concordância com Locke apenas no que diz respeito à formação de conceitos por percepção e reflexão, porém discordando dele e embasando a crítica kantiana à Locke. Por meio de Locke ele opera uma “fisiologização” do apriorismo kantiano, pois, para este, ao contrário de Locke, existem princípios *a priori* do conhecimento, cuja fundação é intuitiva. Ou seja, Schopenhauer abandona as categorias em Kant por serem simples abstrações por reflexão, mas aceita espaço, tempo e causalidade por terem uma origem primeira (fisiológica) no cérebro³⁹.

5. Psicologismo(s)

Após os apontamentos prévios, e após ter fundamentado a investigação a partir da crítica ao idealismo, resta-nos agora retomar a pergunta diretriz desta investigação: *Como este implícito psicologismo se desenvolve a partir da crítica ao idealismo absoluto, e quais são a sua estrutura e momentos?*

Boa parte deste questionamento já foi pretensamente respondida, tanto pela sua problematização frente à polêmica com o idealismo absoluto quanto a respeito dos momentos que lhe fundamentam. Assim, resta-nos verificar que tipos de psicologismos englobam a crítica schopenhaueriana. Deste modo, busca-se tomar o seu pensamento

³⁹ Neste ponto, Schopenhauer apresenta diversos pontos de contato com o fisiologismo apriorista de Helmholtz, principalmente no âmbito da teoria da formação de imagens na retina. Cf. Schopenhauer, 1950, § 21, p. 86-93.

como fundado em três formas de psicologismo, ambas baseadas sobre o princípio de imanência:

O termo “psicologismo” tem uma infinidade de sentidos, e o chamado “problema do psicologismo” contém, em realidade, vários problemas. Pode-se diferenciar três tipos de psicologismo: o lógico, o “semântico” e o “epistemológico”. O psicologismo lógico é uma teoria que se propõe assimilar a lógica à psicologia, concebendo a primeira como parte da segunda e negando, desta forma, a existência de entidades e estruturas propriamente lógicas. O psicologismo semântico consiste em reduzir significações linguísticas a entidades psicológicas. O psicologismo epistemológico, finalmente, reduz o conhecimento (e/ou a validade epistêmica) a um processo psicológico. (PORTA, 2004, p. 109-110)

Assim o estabelecimento das formas de psicologismo presentes implicitamente na filosofia de Schopenhauer pode auxiliar no estudo das origens do movimento psicologista como pronta resposta ao método especulativo. Contudo, obviamente, resta a ressalva de que os tipos de psicologismos desenvolvidos por Schopenhauer adquirem maior ou menor grau de representatividade segundo o problema por ele tomado. Sendo assim, tanto o psicologismo epistemológico quanto o psicologismo lógico adquirem maior representatividade e desenvolvimento em detrimento da problemática semanticista, um tanto primitiva para Schopenhauer e seus contemporâneos.

Nestes momentos iniciais, o que revela a importância de Schopenhauer na polêmica psicologista é a sua participação imediata na crise do idealismo por meio da contraposição que ele oferece, a saber, entre abordagem subjetiva transcendental e abordagem especulativa. Assim como já foi referido acima, busca-se apontar três vias do psicologismo na sua filosofia: 1) Psicologismo epistemológico – base da sua teoria do conhecimento e ponto de partida de sua filosofia, cuja importância se verifica na crítica à Kant; 2) Psicologismo lógico – fundado no psicologismo epistemológico, tendo sua justificação na crítica ao idealismo absoluto; 3) Psicologismo “semântico” – derivado das outras duas formas de psicologismo, sendo tomado como um nominalismo. Com isto resta colocar a seguinte ressalva – o psicologismo schopenhaueriano surge como mero momento da sua crítica, e não como um fim para o qual caminhar a sua filosofia, isto é, diferentemente de outras filosofias, cujas temáticas giram em torno de uma abordagem psicológica explícita⁴⁰, o seu psicologismo não é consequente, mas apenas um momento de sua crítica.

⁴⁰ Benecke, Fries, Wundt, entre outros.

5.1. Psicologismo epistemológico

Toda posição epistemológica é em certa medida psicologista. Porém, algumas posições são “mais do que outras”, sendo que algumas são propositadas e outras não. Por exemplo, a subjetividade transcendental kantiana, apesar de toda pureza das formas e categorias puras, apresenta um sistema ligado a algumas formas de psicologismo, “na medida em que ela parte justamente do conceito de entendimento, isto é, de algumas realizações do pensamento (mesmo que sejam acessíveis *a priori*).” (TUGENDHAT, 2005, p. 11)

Neste sentido, Schopenhauer, ao “sensibilizar” o entendimento kantiano, acaba “psicologizando” ainda mais o *a priori*, principalmente ao recorrer a uma aprioridade fisiológica (cerebral). Desta forma, Schopenhauer é participante de um psicologismo epistemológico bastante peculiar, pois, apesar desta fundação fisiológica das formas “puras” do entendimento, Schopenhauer não retoma o princípio de imanência como estritamente fundado nos sentidos, contrariando em grande medida o que fora dito pelo empirismo.

5.2. Psicologismo lógico

O psicologismo lógico é marcado por dois traços inerentes à sua concepção: 1) A lógica é uma técnica, não uma ciência; 2) Tanto os objetos da lógica (os conceitos), quanto sua operação (juízo) tem sua origem por derivação empírica e psicológica, negando, assim, uma determinação *a priori* aos mesmos.

Em primeiro lugar, como já foi ressaltado acima, a lógica tem um papel acessório e, portanto, secundário. Obviamente a primazia do entendimento (intuitivo) sobre a razão contribui essencialmente para esta concepção. A lógica como ciência passa a ser coadjuvante, não tendo mais o caráter de ponto de partida de toda investigação sobre a verdade do mundo, sendo ela apenas um momento no homem como grau mais alto de objetivação. A intelectualização das categorias operada por Kant é aqui deixada de lado.

Em segundo lugar (como já foi também ressaltado acima), os conceitos têm sua origem “à lockeana” na percepção, consistindo apenas em abstrações generalizadas dos dados sensíveis. Os juízos, por sua vez, têm sua justificação de um modo inverso ao de

sua origem, eles operam (no homem) com o sentido de remeter à percepção o que se exige por reflexão, isto é, o juízo operando no sentido moderno de síntese de representações atua como o elo de mediação na relação entre representações abstratas (indiretas) e representações intuitivas (diretas)⁴¹.

Assim, o nexos dos pontos elencados acima aponta propriamente para o que consiste o psicologismo lógico de Schopenhauer, adquirindo a lógica um papel secundário no exame da realidade, uma vez que a sua validade estende-se apenas aos conceitos formados por reflexão, os quais tem um papel primário para a razão, mas secundário na fundamentação do conhecimento, pois as representações abstratas baseadas em conceitos só tem a sua justificação (instrumental) validada se relacionadas às representações intuitivas, as quais operam como elo entre entendimento e razão.

5.3. Psicologismo “Semântico”

Como a lógica nunca chega a “tocar” a realidade, tratando-a apenas por meio de conceitos, a formação da linguagem depende de uma segunda abstração ou generalização, a saber, a generalização dos conceitos na forma de palavras úteis para a aplicabilidade dos conceitos⁴². Assim, sua funcionalidade pode ser positiva, enquanto técnica a serviço de tal ou tal ramo científico

Apesar de Schopenhauer não estar inserido na perspectiva semântica, própria do final do século XIX, é possível notar que o nominalismo e a crítica à formação dos conceitos pela reflexão são o trunfo da crítica de Schopenhauer ao idealismo.

A percepção, operando com ajuda das representações intuitivas, é a medula de todos os conhecimentos, porque nos leva à fonte, ao fundamento de todos os conceitos. Por isso, é o gerador de todos os pensamentos verdadeiramente originais, de todas as concepções primárias e de todos os inventos, como neles, o acaso não é o único que tem feito melhor. Na percepção, ao entendimento pertencem certas ideias que vagando pelo cérebro, logo tomam alguma forma, se

⁴¹ Cf. Schopenhauer, 1950, § 28, p. 122.

⁴² “Schopenhauer observa que os *conceitos da razão*, embora não sejam idênticos às *palavras*, são uma representação abstrata cuja consciência clara e conservação, no entanto, liga-se necessariamente à palavra. Daí *conceitos e palavras* irem juntos, ou seja, a razão é indissociável do uso da linguagem.” (BARBOZA, 2005, p. 130)

tonando evidentes, fixam-se nos conceitos e encontram palavras. (SCHOPENHAUER, 1950, § 28, p. 123)

Desta forma, a partir do exposto até aqui, a descrição de todo o movimento de abstração de conceitos funda uma concepção nominalista da lógica, passando ela a operar instrumentalmente no campo da linguagem. Ao fim, segundo Schopenhauer, a linguagem atinge sua justificação por participar como meio intersubjetivo de domesticação da realidade. Para além disso, a linguagem sem o recurso da exterioridade serve apenas como recurso dos devaneios da razão pura desamparada da realidade empírica, permanecendo assim, fechada, inerte e inútil.

6. Conclusões

Então, ao final podem-se oferecer alguns apontamentos conclusivos das “idas e vindas” da polêmica psicologista schopenhaueriana em meio à crise deste com o idealismo absoluto. Assim, enumeramos algumas conclusões decorrentes do exposto:

- 1) O psicologismo schopenhaueriano é apenas um resíduo implícito de sua filosofia;
- 2) O psicologismo schopenhaueriano tem sua origem na crise com o idealismo absoluto;
- 3) O psicologismo schopenhaueriano, assim como as demais formas de psicologismo (principalmente na Alemanha) estabelece-se no momento de reapropriação de Kant;
- 4) O psicologismo schopenhaueriano, apesar de ter como ponto de partida o princípio de imanência, não consegue se desvincular do apriorismo kantiano;
- 5) O psicologismo schopenhaueriano parte de uma interpretação fisiológica do conhecimento, profundamente influenciada pelo empirismo inglês;
- 6) O psicologismo schopenhaueriano representa um ponto de aglutinação de diversas concepções filosóficas, consistindo de um misto do pensamento moderno (britânico e alemão). Neste sentido, simboliza uma tomada bastante singular de diferentes concepções; neste caso, um fisiologismo derivado do empirismo de Locke, sendo este por sua vez apriorizado por uma forma de idealismo transcendental kantiano “sujo”, isto é, criticizado pela primazia de um irracionalismo altamente influenciado por Schelling, porém, reinterpretado fisiologicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ASMUTH, Christoph. Começo e forma da filosofia: Reflexões sobre Fichte, Schelling e Hegel. Trad. Diogo Ferrer. IN: Revista Filosófica de Coimbra, vol. 7, nº 13, p. 55-70.

1998. Disponível em:

<<http://saavedrafajardo.um.es/WEB/archivos/Coimbra/13/Coimbra13-00.pdf>> Extraído em 30/05/2011.

BARBOZA, Jair. Os limites da expressão. Linguagem e realidade em Schopenhauer.

IN: Veritas. Vol. 50, nº 1, p.127-135. Porto Alegre, 2005. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/1794>>. Extraído em: 03/06/2011.

_____. Metafísica do irracional. Mau radical em Schelling e Schopenhauer. IN:

Veritas. Vol. 54, n. 2 pg. 187-193, mai/ago. Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewFile/6826/4969>>. Extraído em 30/05/2011

HEGEL, G.W.F.. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas: Em compêndio (1830)*.

Ciência da Lógica. Tradução: Paulo Meneses; José Machado. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

HIRSCHBERGER, Johannes. *História da Filosofia Contemporânea*. Tradução:

Alexandre Correia. Editora Herder: São Paulo, 1963.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos,

Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas: A. F. Morujão. 4ª ed. Calouste Gulbenkian: Lisboa, 1997.

KUSCH, M. Psychologism. IN: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. First published

Wed Mar 21, 2007. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/psychologism/>>

Extraído em: 14/10/2011.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano. Vol. I (livros I e II)*. Introdução,

notas e coordenação de tradução: Eduardo Abranches de Sorveral. Calouste

Gulbenkian: Lisboa, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. Tradução: Paulo César de Souza. São

Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed. 2002.

PORTA, Mario A. G.. A polêmica em torno ao psicologismo de Bolzano a Heidegger. IN: Síntese: Revista de Filosofia. Vol. 31, n. 99, jan/abr Belo Horizonte, 2004. (p. 107-131).

SCHNÄDELBACH, Herbert. *Filosofía en Alemania, 1831-1933*. Tradução: Pepa Linares. Ediciones Catedra: Madrid, 1991.

SCHOPENHAUER, Arthur. *La Cuádruple Raíz del Principio de Razón Suficiente*. Tradução: Eduardo Ovejero y Maury. Librería “El Ateneo” Editorial, Buenos Aires, 1950.

_____. *O mundo como vontade e como representação*. (Tomo I). Tradução, apresentação, notas e índices: Jair Barboza. Editora UNESP: São Paulo, 2005.

WOLF, U. & TUGENDHAT, E.. *Propedêutica lógico-semântica*. 2ª ed.. Tradução: Fernando Augusto de Rocha Rodrigues. Ed. Vozes: Petrópolis, 2005.